SANDOVAL GOMES DOS SANTOS

RESUMO

Pensar a escola hoje em dia, especialmente a escola pública que atende grande massa de estudantes, em sua esmagadora maioria filhos das classes menos favorecidas, é buscar compreensão e entendimento de meios e maneiras para melhorar sempre mais sua qualidade. Qualificar o atendimento de bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos é uma missão das redes de ensino. No atendimento dessa importante incumbência, temos a papel da avaliação. Esta se torna de grande importância para se atingir a perseguida qualidade da educação. Avaliar é ato contínuo do papel da escola e do professor, o próprio trabalho pedagógico exige que a avaliação esteja embrenhada em seu fazer. Assim, por ser parte integrante de seu trabalho, o professor utiliza-se da avaliação como medida do resultado do seu trabalho. É através dele que o docente sabe se seus estudantes estão evoluindo ou se é preciso redirecionar seu trabalho. Nos últimos tempos, ganhou força e importância a aplicação de avaliações externas à escola, as chamadas avaliações de sistema. Há muitas controvérsias sobre sua efetividade e eficácia, fato é que ao que tudo indica, elas vieram para ficar e seus resultados devem ser bem aproveitados pelas equipes escolares.

Palavras Chave: gestão; avaliação; qualidade da educação; projeto político pedagógico.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade da educação é um objetivo perseguido pelos educadores e instituições de ensino que visam formar cidadãos conscientes e intervencionistas na transformação da sociedade. Com o fim de atingir o objetivo da qualidade muitas técnicas e metodologias são aplicadas para se verificar quais ações e medidas precisam ser adotadas. Uma delas é a da avaliação. Avaliar é intrínseco ao trabalho do professor e da escola. Nos últimos anos tem se consolidado a ideia de que é necessário avaliar os sistemas de ensino. Surgem assim, as avalições externas em larga escala, que procuram aferir o grau de conhecimento, desenvolvimento de competências e habilidades de um conjunto de estudantes. Pretensamente essas avaliações ao identificarem as fragilidades das instituições de ensino se tornariam parâmetros para que o poder púbico invista recursos e assim essa fragilidade seja superada. Ocorre que nem sempre isso é verdade e infelizmente o que é detectado não se aproveita para melhorar a qualidade da escola.

A melhoria da qualidade da escola é um meio importante de se superar a vulnerabilidade de tantos bebês, crianças e adolescentes. Enquanto isso ainda não é realidade, é preciso contar com instituições auxiliares, conhecidas como rede de proteção para garantir o direito e a integridade física e emocional desses estudantes.

2. GESTÃO, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGENS

Nos últimos tempos, as unidades escolares passam periodicamente por aplicação de avaliações externas, tornando-se um sistema de avaliação que monitora a qualidade da educação a partir dos resultados obtidos pelos estudantes nessas aplicações. Isso tem sido motivo de muita discussão dentro e fora da escola. Gestores e professores alegam não ser totalmente adequado considerar o resultado de uma avaliação externa como único parâmetro para medir a qualidade da escola e de seus profissionais.

O olhar do gestor é importante para o sucesso do processo avaliativo pois está pautado nas nuances do território e nas condições efetivas para o êxito do trabalho pedagógico.

O ensinar e aprender são tarefas próprias da escola, portanto, o processo pedagógico é o coração e sentido de ser da escola. Sabe-se, nós dias de hoje, no entanto, que a escola não detém o monopólio do conhecimento. Este vem de outras fontes e locais. Para além da necessidade da escola e seus profissionais serem contínuos aprendentes, há a necessidade de assumir a gestão do conhecimento para aqueles a quem deve formar.

Durante muito tempo a avaliação foi vista como uma quantificação do qué o estudante aprendeu e a prova seria o único meio de aferir isso. Esse paradigma vem sofrendo mudanças nos últimos tempos com a implantação de uma visão administrativa voltada para as questões sociais e os novos estudos sobre o processo de ensinar e aprender, desde a mais tenra idade.

No artigo Avaliações na escola: o que pensam os alunos? Janete Ribeiro Nhoque e Carolina do Nascimento Gremelmaier Moreira apresentam resultados de uma pesquisa realizada com os alunos de uma escola pública municipal da Cidade de São Paulo, com o objetivo de identificar a percepção deles sobre as avaliações a que são submetidos. Um dos dados que as autoras apresentam

diz respeito ao fato de os alunos não terem clareza sobre os objetivos da avaliação, embora sejam constantemente submetidos a ela. Outro dado apresentado é que os alunos atribuem maior importância às avaliações realizadas pelos professores do que às avaliações externas.

Vemos um sério problema quando se fala na aplicação e obtenção de resultados dessas avaliações externas à escola. Gatti (2007), destaca os efeitos deletérios do foco centrado apenas nos resultados dessas avaliações, como único termômetro para se aferir a qualidade da educação. Chama a atenção para a função social da escola e a questão da equidade da educação. O trecho abaixo expressa essa preocupação do autor:

As avaliações do sistema educacional no Brasil, em sua divulgação mais ampla, têm se centrado no rendimento escolar, de tal forma que a representação sobre qualidade da educação na nossa sociedade tem sido reducionista, traduzindo-se em desempenhos nas provas aplicadas pelos diferentes modelos praticados. No entanto, cabe perguntar: qualidade educacional se traduz apenas por esses resultados? Evidentemente que não. A qualidade da educação passa por questões como a existência de uma filosofia educacional e, pela consciência do papel social da educação – não só seu papel instrumental, de utilidade, por exemplo, para o trabalho, mas seu papel para a civilização humana, para a constituição de valores de vida e convivência, seu papel no desenvolvimento de sensibilidades ao outro, ao meio ambiente, às expressões humanas de cultura. Portanto, passa por elementos formativos que transcendem, embora não dispensem de modo algum, a aquisição de conhecimentos apenas. Também nessa ideia de qualidade incorporam-se a equitatividade nas oportunidades formativas para todos os cidadãos, a qual pelos dados, nossas políticas e os sistemas educacionais até aqui não ofereceram. (GATTI, 2007, p.3).

Pautar a qualidade da educação na verificação por avaliações externas, como já dito anteriormente é atitude reducionista. A formação adequada dos docentes bem como o suporte social da população, exercem influências mais fortes como o demonstra a experiência da Finlândia (NIEMI; SIHVO - MEN, 2009).

Principalmente após a queda do muro de Berlim e a vitória definitiva do capitalismo, todas as relações sociais passam a ser reguladas pelo mercado. Assim, a educação passa a ser vistas pelos "homens do mercado" como meio para o preparo às necessidades desse mesmo mercado. Melhorar a qualidade da educação é criar condições para a reprodução do capital. Freitas (2012) ao discutir a influência dos empresários na educação, destaca:

A educação brasileira sofre e sofrerá nos próximos anos o assédio dos reformadores empresariais. Para eles, a educação é um subsistema do aparato produtivo e nisso se resume. Para os educadores profissionais, porém, formar para o trabalho é apenas parte das tarefas educacionais. E aí está uma divergência central. Para os reformadores empresariais, os objetivos da educação se resumem em uma "matriz de referência" para se elaborar um teste que mede habilidades ou competências básicas. Um país que não sabe o que pretende com sua juventude e que tudo que pode oferecer a ela como projeto de vida é passar no ENEM, não pode ir muito longe. (FREITAS, 2012, p. 15).

Portanto as unidades educacionais têm uma gigante missão, a de possibilitar uma educação que rompa com essa lógica de mercado e possibilite às crianças, jovens e adultos uma educação na maior amplitude do termo, que como dizia o mestre Freire, as liberte para o pensar de modo global. A discussão deve se centrar em como trabalhar com os resultados e o que deve ser feito para garantir uma educação da melhor qualidade em que a equidade seja uma meta a ser perseguida e alcançada.

Nesse sentido, o trabalho da coordenação pedagógica é de imensa relevância no sentido de instrumentalizar o professor para que desempenhe seu papel de modo cada vez mais eficaz. E aí não pode se furtar de ser correia de transmissão das políticas públicas, implementando através da formação aos docentes as diretrizes e orientações recebidas dos órgãos centrais. Uma das ações de formação deve ser a de análise dos dados e resultados da avaliação externa. Esse trabalho em que se pode confrontar esses dados com os dados das avaliações internas, permite a equipe escolar ter uma visão de seu trabalho a partir de um olhar externo ao mesmo. Segundo pesquisa realizada pela própria SME-SP, os professores consideraram a prova da cidade interessante e se aproveitaram de seu modelo nas unidades. Desta forma, a aceitação da aplicação e utilização do modelo de avaliação externa, não obstante, muitas críticas, controvérsias e contrariedades, passou aos poucos a ser rompida. Hoje, pode-se dizer que há grande aceitação das avaliações apesar de seus resultados ainda não serem totalmente utilizados e aproveitados.

2.1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: IMPASSES E IMPACTOS

Avaliar é competência da escola e esta deve estar em consonância com o projeto político pedagógico da unidade. Isso coloca a avaliação num lugar de destaque, pois estar par a passo com o PPP significa que esta deve ser uma preocupação de toda comunidade escolar, assim como individual, onde cada profissional gasta tempo e esforços para aprimorar. Freitas destaca exata-

mente isso no trecho abaixo:

Se a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos sejam eles das aprendizagens, da dinâmica escolar ou da própria instituição, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular. (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 18).

A avaliação ocupa um lugar importante dentro da instituição e mesmo na sociedade, pode ser classificada de algumas formas de acordo com suas intenções. São elas:

• Avaliação externa: Conduzida pelos governos federal, estadual ou municipal. Necessária para a definição de políticas de desenvolvimento da educação. Avaliação Educacional: impasses e impactos

• Avaliação institucional: Realizada pela instituição, podendo também ser conduzida pela administração da rede de ensino com a participação dos usuários do equipamento social, no caso, as escolas. Tem como objetivo diagnosticar a eficácia daquele equipamento social, assim como possíveis falhas a serem retomadas para que as metas propostas sejam atingidas.

• Avaliação das aprendizagens: Pensada e elaborada pela equipe escolar, deve estar a serviço do processo de ensino-aprendizagem.

O que se nota após um período de instalação e aplicação de avaliações externas é que as unidades educacionais ocupam um tempo significativo de discussão sobre o papel, eficácia, alcance e resultados dessas avaliações, em detrimento das avaliações internas pensadas e preparadas pelos próprios docentes. Os investimentos externos na educação como do Banco Mundial ditam a ordem do dia da aplicação e conteúdo do que é avaliado. Isso leva a uma desconsideração e desvalorização das avaliações internas. A esse respeito, Faro afirma:

"O impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. É espantoso que a maior parte da opinião pública no Brasil não tenha clareza a esse respeito. O Banco não somente fórmula condicionalidades que são verdadeiros programas de reformas das políticas públicas, como também implementa esses programas usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado brasileiro. Trata-se da chamada "assistência técnica". (FARO apud AZZI; BOCK, 2008, p. 18).

Assim, é necessário refletir e aprofundar o entendimento sobre a importância da avaliação para que se coloque cada tipo de instrumento a serviço do aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. As avaliações internas não podem ser sucumbidas pelas externas pois estas últimas muitas vezes estão carregadas de caráter ideológico que prejudicam no final das contas o processo de ensino e aprendizagem.

Considera-se importante, do mesmo modo o acompanhamento dos avanços ou não da educação. A Lei nº 12.796, de 04/04/13 alterou o ingresso na educação básica a partir dos quatro anos de idade e ainda chamou a atenção para a importância da avaliação também na educação infantil. No entanto, não é e não pode ser avaliação nos moldes das aplicadas nas outras etapas da educação, em que muitas vezes há uma classificação em níveis de aprendizagem, a avaliação na educação infantil deve pautar-se no acompanhamento pelos registros que devem ser sempre aprimorados.

O tema tem gerado amplos debates entre estudiosos e há uma defesa intensa de um conceito de avaliação compatível com as finalidades dessa etapa da educação básica.

"A educação infantil não está imune a essa onda de avaliação que vem tomando conta do ambiente social e educacional. Ela não sofreu, ainda, a invasão de um teste nacional ou internacional, mas "eles" estão rondando, com os mesmos argumentos que impulsionam os que vêm sendo aplica - dos nos outros níveis da educação. Educadores resistem à aplicação de testes estandardizados, de forma generalizada para todas as crianças, com objetivo de marcar o estágio ou nível de desenvolvimento e o alcance de objetivos pré-definidos para respectivas idades. E há, também, educadores e gestores de sistemas de ensino que veem nos dados coletados por meio de testes, questionários ou registros de observação, indicações seguras e precisas para a programação de atividades, oferta de estímulos e incidência pontual sobre itens que estariam precisando de maior atenção". (DIDO - NET, 2012, p. 1)

As reflexões sobre avaliação levam em consideração os saberes trazidos pelos estudantes, também na educação infantil isso deve estar no horizonte pois ao considerar o que a criança traz de conhecimentos o professor pode redimensionar seu plano de trabalho para atender a especificidade daquele estudante e construir uma proposta pedagógica em que a educação integral da criança seja contemplada.

Luckesi afirma que "o ato de avaliar não subsiste por si, porém, sim, a serviço do projeto ao qual está atrelado". Isso indica que a avaliação deve ser instrumento a serviço da aprendizagem, nunca a aprendizagem a serviço da avaliação. Assim, as diretrizes, instrumentos, meios e formas devem estar previstos no PPP da unidade que deve ser construído e reconstruído pelo coletivo.

A educação, seus fins e objetivos devem estar a serviço da edificação de uma sociedade mais justa e menos desigual. A ava-

liação é aquele instrumento importante que contribui na qualificação do trabalho docente e assim da melhoria contínua da educação ofertada aos estudantes confiados aos nossos cuidados pedagógicos.

"A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Este processo inclui outras ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras". (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 47).

Freire ensina a sermos cautelosos na educação para que não caiamos na tentação de buscar soluções simples para questões complexas. O comprometimento com o respeito ao educando e a reflexão crítica sobre os rumos da educação e nossa própria ação docente não devem ser abandonados sob pena de sacrificarmos a qualificação da educação e do nosso próprio trabalho.

A qualidade da educação está ligada diretamente a um projeto que considere as realidades locais de cada unidade escolar e se estabeleça a partir de uma sistematização da avaliação que se aplica aos estudantes. O envolvimento de todos os atores educacionais, desde a pessoa que limpa o chão ao gestor que toma decisões, é de suma importância para o sucesso do alcance das metas de qualidade. Isso deve ocorrer a partir de definição do que é a tão buscada qualidade na educação a partir de uma definição coletiva, conquistada a partir de discussões e debates bem direcionados onde se concatene as ideias dos que querem contribuir.

Definir o que é qualidade na educação não é tarefa fácil e sobre isso, Gatti traz:

"Quando se analisam aspectos ligados à educação básica estamos tratando de aproximadamente 60 milhões de crianças e jovens que se acham matriculados em algum nível dessa educação, a grande maioria em escolas estaduais ou municipais. Num país de sistema federativo de governo, com três instâncias de decisões autônomas – União, estados, municípios -, heterogêneo ao extremo em condições sociais e culturais como o Brasil, este número pode nos dar uma ideia do volume de diferenciais a considerar quando se pensa analisar a qualidade desse ensino. Levando em conta que na década de noventa tivemos enormes avanços na incorporação de crianças e jovens no sistema escolar, ainda são preocupantes os patamares de qualidade a galgar. Mas, de quê estamos falando quando nos referimos à qualidade educacional"? (GATTI, 2006, p. 3)

O questionamento da autora, para além de ser retórico, deve nos remeter a busca dessa definição que não se trata de algo fechado que deve ser seguido por todas as unidades educacionais do país, mas cada equipe, sempre buscando construir competência coletiva, define e estabelece estratégias para seu alcance.

Outro ponto importante a considerar quando se fala em qualidade na educação é a participação da família e seu acompanhamento da vida escolar de seus pupilos. O discurso da participação da família está muito presente nas unidades educacionais, no entanto questiona-se ao que se referem os educadores quando o citam. Almeida e Nhoque (2014) mostram que "a necessidade de participação da família está muito presente nos discursos da escola, sobretudo dos professores e funcionários e também nos discursos sobre a escola, quer nos oficiais quer nos da academia" contudo chamam atenção para o fato de que é preciso atentar para o que se quer dizer quando se fala em participação na escola. Na grande maioria das vezes a referência diz respeito apenas a questão disciplinar e/ou de violência. Ou seja, os pais são acionados apenas para as reuniões de pais e quando há algum conflito a ser resolvido. Há um entendimento, não muito disseminado nem tão pouco vivenciado de participação da família na escola enquanto possibilidade de organização e formação política da comunidade. Não há consenso sobre o papel da família na escola embora todos consideram ser importante essa parceria.

2.3 DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

"Sociedade líquida", assim é definida a sociedade atual, sobretudo a partir dos conceitos imprimidos pelo escritor e sociólogo Zygmunt Bauman. Para Bauman o que define a sociedade atual é a efemeridade e volatilidade das relações humanas, baseadas no individualismo e egoísmo, que geram ansiedades, medos, depressões. É preciso que a educação seja a seta indicativa de um outro modo de vida. O teólogo e escritor Leonardo Boff afirma que os nossos olhos enxergam a partir do local onde estão os nossos pés, isso se evidencia na célebre frase "todo ponto de vista é a vista de um ponto". Com isso, quer dizer que nenhuma opinião ou argumento é totalmente isento, somos sempre levados a pensar e/ou opinar a partir de certa ideologia que defendemos ou somos levados a defender.

Para o grande educador Paulo Freire a libertação nunca virá pelas mãos e ações dos dominantes, mas pela intervenção ativa e consciente dos dominados. É preciso tirar a centralidade do olhar hegemônico e possibilitar a especificidade do olhar da periferia. A educação precisa trabalhar a dialética

humanização e libertação. Nossos educadores e estudantes precisam sonhar o sonho possível de uma sociedade menos injusta e da utopia do amanhã, pensando a historicidade de modo dinâmico e não estático. A questão não está em se criar um receituário seguido por todos, mas em estabelecer uma reflexão em que seja a problematização da cultura hegemônica para se obter as bases da transformação social.

O ser humano segundo os conceitos de Freire é um ser inacabado e é consciente disso, por isso deve buscar superar esse inacabamento humanizando-se no decorrer de sua vida por meio da cultura e da história.

"Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão". (FREIRE, 2005, p. 32).

Essa humanização se efetiva no tempo e na história e paga tributo a "cronos". Eric Hobsbawm analisou muito bem o século XX na obra "Era dos extremos", em que classificava aquele século como período de catástrofes pois as nações em nome do poder político e econômico promoveram verdadeiros genocídios, em clara desvalorização da vida e dignidade individual das pessoas. Infelizmente, em pleno século XXI ainda vemos atitudes que levam a extermínios de povos, como guerra Rússia-Ucrânia e Israel-Hamas, mais recentemente.

2.4 CONHECER PARA PROTEGER: ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA BEBÊS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este documento produzido pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo em parceria com as equipes do NAAPA (núcleo de apoio e acompanhamento para a aprendizagem) das DREs, e Supervisores Escolares, configura-se como um sinalizador de ações que devem tomar as unidades educacionais, bem como seus profissionais para que seja garantida a proteção de bebês, crianças e adolescentes. A educação deve ser vanguarda de mudança de paradigma também no que diz respeito a compreensão do ser bebê, criança ou adolescente. Somos ainda fruto de uma concepção de infância e adolescência que não enxerga essa fase da vida enquanto portadores de direitos, incluindo o de aprendizagem. Apenas como tábulas rasas onde o adulto deve escrever suas concepções e verdades, muitas vezes equivocadas e carentes de criação de dignidade humana. A violência contra crianças e adolescentes é uma infeliz realidade em nossa sociedade que atrapalha muitos aspectos da vida desses menores, atrapalha sobremaneira seu desenvolvimento, sua aprendizagem e prejudica a escola no cumprimento de sua função social.

A LDB de 1996 tem como um de seus pilares, a finalidade da educação que deve possibilitar o pleno desenvolvimento do sujeito para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Para atingir esse objetivo, a escola assim como outras instituições da rede de proteção, devem estar atentos para o combate à violência e em promover a prevenção e o encaminhamento de casos de violência. Todos os membros da equipe escolar devem estar atentos a casos suspeitos, devem ser acolhedores e estar à escuta dos relatos dos estudantes. Muitas vezes a violência é praticada dentro de casa, por aqueles que deveriam amar e cuidar. E estas ocorrem das mais diversas formas tais como violência física, química, psicológica ou sexual. Isso demanda um olhar mais atento da escola pois acontece em todas as classes e camadas sociais e não há um perfil único de agressor nem de vítima, nem tampouco um padrão único de família.

Há ainda outra situação que exige muita atenção da equipe escolar, trata-se do racismo, que acomete boa parcela da sociedade, já que mais de 50% da sociedade se declara afrodescendente (categoria que inclui pretos ou pardos). Apesar de alguns avanços como a aprovação de leis que criminalizam o racismo, este ainda é muito forte em nossa sociedade e exige muita sensibilidade da equipe escolar para que qualquer prática ou atitude racista seja debelada imediatamente.

Um dos tipos de violência que merece grande atenção da equipe escolar é a violência física cometida contra bebês, crianças ou adolescentes. Muitas vezes o adulto, a pretexto de educar ou disciplinar recorre a violência física o que impõe sofrimento e claramente não atinge o objetivo de educar ou disciplinar.

"Além de compreender as características de cada momento do desenvolvimento, é preciso conhecer alternativas para ensinar os limites que não precisem do uso da força ou coação. O bebê, a criança ou adolescente dependem do adulto para aprenderem a lidar com os sentimentos, a organizar seus comportamentos e poderem se sentir seguros nas relações que constroem. Os adultos também precisam aprender e construir repertório que lhes permita educar sem o uso da força".

CONHECER PARA PROTEGER: enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes, pág. 20 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

A equipe escolar precisa estar atenta aos sinais de violência física e realizar os encaminhamentos devidos, tendo clareza que seu papel não é o de investigar nem tampouco julgar casos de agressão, mas solicitar apoio da rede de proteção e encaminhar aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar, por exemplo.

Dentre os tipos de violência sofridas por bebês, crianças e adolescentes, está a violência química que se configura na aplicação indiscriminada e prolongado de medicamentos que serviriam de "controladores de comportamento" desses estudantes. Luci Pfeiffer (2014), classifica a violência química em direta ou secundária (como continuidade de outras violências). A forma direta diz respeito ao controle de comportamentos, inibição de atitudes e ações consideradas inadequadas. A forma secundária diz respeito a continuidade de outras violências, encobridor de sintomas para culpabilizar a vítima e impedir denúncias. Outro tipo de violência sofrida por bebês, crianças ou adolescentes é a psicológica que pode se apresentar como formas de discriminação, depreciação, desrespeito. Isso pode se dar em xingamentos, humilhações, ameaças, constrangimentos, isolamentos, indiferença, exploração, intimidação. A violência sexual, que infelizmente acomete muitos de nossos bebês, crianças ou adolescentes, é mais comum do que se imagina e infelizmente, muitas vezes ocorre dentro de casa por membros da família. Em uma pesquisa de 2019, noticiado pelo jornal O Globo em: (https://oglobo.globo.com/brasil/ministerio-dos-direitos-humanos--conclui-quequase-90-da-violencia-sexual--contra-criancas-acontece-no-ambiente-familiar-23665391), o Ministério dos Direitos Humanos do governo federal concluiu que quase 90% dos casos de abuso sexual ocorrem dentro do ambiente familiar. Esse tipo de violência pode se dar em qualquer ato ou conduta que induza ou constranja o bebê, a criança ou adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição de seu corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não.

Além destas há outras formas de violência, igualmente graves que devem ser combatidas e estar no radar dos gestores e educadores para que se possa proteger e dar assistência a bebês, crianças e adolescentes. São elas: violência institucional, violência por negligencia, violência estrutural, violência entre crianças e adolescentes, violência auto infligida ou condutas autodestrutivas, trabalho infantil que em última análise se configura como mais um tipo de violência. A violência institucional ocorre quando as instituições oficiais como escolas, se omitem na proteção de bebês, crianças e adolescentes. A violência por negligencia se dá quando pais ou responsáveis em prover a segurança e necessidades de bebês, crianças e adolescentes de forma reiterada, falham em suas responsabilidades de garantir saúde, educação, questões ligadas a higiene e condições físicas. "Esse tipo de violência evidencia-se na relação baseada na omissão, na rejeição, no descaso e no descompromisso do cuidado, do afeto e da negação da existência" (Conhecer para proteger: enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes, 2022, p.42). A violência estrutural se dá quando há cerceamento de direitos decorrentes dos sistemas político, social, econômico tornando bebês, crianças e adolescentes mais vulneráveis inclusive ao risco de morte. A escola, aqui tem papel fundamental no enfrentamento a esse tipo de violência pois pode prover alguns direitos básicos como por exemplo alimentação e sua função precípua, de educar e possibilitar emancipação a seus pupilos. A violência entre crianças e adolescentes é muito comum nas unidades educacionais e se desdobram no bullying, agressão física, psicológica ou mesmo sexual. As unidades da rede municipal de São Paulo contam com comissão de mediação de conflitos para dar tratamento a questões voltadas a violência e agressão que tem papel importante de mediação que busca viabilizar a resolução dos problemas sem a pretensão de ser juiz ou órgão decisório, mas de possibilitar que as partes possam se entender e dirimir o conflito. Além disso, as equipes gestoras das unidades precisam constantemente lidar com encaminhamentos e resolução de casos os mais variados no interior da escola. A violência auto infligida ou conduta autodestrutiva tem tido nos últimos anos grande recorrência nas unidades de todas as redes de ensino. Isso indica um problema que não é privilégio ou monopólio de dada camada social, mas perpassa todas as camadas sociais. Os tempos atuais de grande velocidade da informação e de acesso fácil através da internet, tem favorecido a que muitas crianças e adolescentes entrem em contato com todo tipo de circulação de informação, inclusive as mais destrutivas e as propaladas fake News. Verifica-se assim, aumento da ansiedade e depressão entre crianças e adolescentes, que muitas vezes os levam o impor autossofrimento a si, se mutilando, ingerindo álcool, drogas, iniciando na vida sexual sem orientação e sem proteção. Tudo isso leva estes que estão em formação física e psíquica a ficarem confusos e muitas vezes se perderem, ficando sem rumo na vida. O trabalho infantil é toda ação laboral de crianças ou adolescentes abaixo da idade permitida por lei. Por regra geral, 16 anos é a idade em que o adolescente pode iniciar no trabalho, na condição de menor aprendiz é 14 anos, inclusive trabalho doméstico, o que não pode prejudicar seu desenvolvimento físico, psíquico, moral, social e nem prejudicar o horário de aulas. No Brasil, a legislação sobre o trabalho infantil sustenta-se sobre os pilares da Constituição Federal de 1988, que estão em consonância com a Convenção dos Direitos da Criança, da ONU e Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mesmo assim, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 86% de adolescentes entre 14 e 17 anos que estão no mercado de trabalho encontram-se em situação de trabalho infantil. Infelizmente ainda estamos longe de erradicar o trabalho infantil, apesar de toda legislação sobre o assunto.

Enfim, a escola deve propiciar a formação continuada do professor e esse é um movimento compartilhado em que participam todos os segmentos. É um processo alegre, em que seus atores sentem satisfação em participar e ajudar na construção do projeto político pedagógico. A escola tem grande relevância no combate a todo tipo de violência e violação de direito de bebês, crianças e adolescentes e seus profissionais devem estar sempre atentos e bem formados para esse enfrentamento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da escola na vida de estudantes que carecem de preparo e formação para o enfrentamento da luta diária e das transformações que se devem realizar na sociedade, é gigante. Por isso, o trabalho do professor e da escola se torna importantíssimo. Um dos instrumentos do trabalho dos professores, a avaliação, se configura como um meio de elevação da qualidade do trabalho da escola e do professor. Avaliar que é intrínseco ao trabalho docente se torna meio pelo qual esse trabalho deve ser aprimorado, pois é a partir dos resultados obtidos que o professor pode realizar mudança de rumo em suas metodologias e assim no seu trabalho.

Alcançar a qualidade da educação se torna um objetivo que será alcançado a partir de várias frentes. Uma delas é a preocupação e qualificação do atendimento de bebês, crianças e adolescentes. Esse atendimento deve se pautar em preceitos legais, morais e éticos. A formação dessa clientela é o que garante um futuro melhor do que o que temos. Futuro que pode transformar o seio da sociedade e a vida de tantos estudantes muito carentes.

Para atingir esse objetivo, o da qualidade, a gestão é um instrumento importante. Gestão escolar, enquanto garantia do bom funcionamento da unidade educacional e de todas as suas instituições internas. Gestão da sala de aula, a qual lida diretamente com aqueles a quem a educação se destina. Então seja o gestor da unidade, seja o gestor da aula, precisam estar bem formados e preparados para o enfrentamento diário dos desafios que se apresentam. Outro instrumento utilizado na instituição escola é o da avaliação. Uma boa avaliação do trabalho da equipe escolar é de suma importância para acertos, ajustes, correção de rumo, redirecionamento do trabalho. Assim como uma boa avaliação dos estudantes, realizada pelo docente atento aos seus resultados, que tem capacidade de autoavaliar-se a partir deles (os resultados), se torna valioso instrumento de qualificação do trabalho e, portanto, de melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Por fim, ao atingir sua função social plenamente a escola se torna um bastião importante para bebês, crianças e adolescentes. Um local seguro onde se sentem protegidos e têm confiança em seus profissionais. Exatamente estes profissionais, estando atentos aos comportamentos, atitudes e posturas de nossos estudantes para acolher, cuidar e encaminhar casos que necessitem dessa e outras providências.

REFERÊNCIAS

BAUMAN. Zygmunt. A ética é possível num mundo de consumidores? Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

DANESI, Marcel. Metáfora, pensamiento y lenguaje. Sevilla: CIV, 2004. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 2006.

RICOUER, Paul. Imaginação e metáfora. In: JORNADAS DE PRIMAVERA DA SOCIEDADE FRANCESA

DE PSICOPATOLOGIA DA EXPRESSÃO, 1981, Lille. Disponível em:

<http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/imaginacao_ e_metafora>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CONHECER PARA PROTEGER: enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO